

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
7



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 7
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-774-1

DOI 10.22533/at.ed.741212701

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO REMOTO: ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE DO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Iraneide Nascimento dos Santos

Isabela Nascimento dos Santos

Priscilla Vasconcelos Aguiar

Danielle Alessandra Souza de Holanda Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.7412127011

CAPÍTULO 2..... 12

INTERFACES DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE MUDANÇAS CONSTANTES

Evandro Roque Rojahn

Júlio César Pinheiro do Nascimento

Roney Ricardo Cozzer

Samuel Cândido Henrique

DOI 10.22533/at.ed.7412127012

CAPÍTULO 3..... 24

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Maria da Conceição de Moura Silva

Viviani Fernanda Hojas

Renata Cristina Lopes Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7412127013

CAPÍTULO 4..... 38

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO NA VISÃO DE DOCENTES E GESTORES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Maurilio José Pereira

Adriana Leônidas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.7412127014

CAPÍTULO 5..... 55

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Wanessa Costa dos Santos

Camila Braga da Conceição

Raianny Oliveira da Silva

Nágila Alves da Silva

Elizete Cambraia Oliveira

Juliene Abreu da Silva

Jucilene Márcia Rameiro de Araújo Cruz

Maria do Carmo dos Santos Silva Ramos

Tatiane da Conceição Silva

Aurineia Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7412127015

CAPÍTULO 6	64
AÇÕES EDUCADORAS ARTICULADAS EM AUTOGESTÃO: DOS VÍNCULOS AOS COLETIVOS DE UMA ESCOLA WALDORF	
Tereza de Magalhães Bredariol	
Rayanne Suim Francisco	
Alexandra Cleopatre Tsallis	
DOI 10.22533/at.ed.7412127016	
CAPÍTULO 7	76
A CONSTRUÇÃO DE CORDÉIS PEDAGÓGICOS: UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO EM EVIDÊNCIA PARA PROFESSORES DA CEEJA ATRAVÉS DO PICP	
Marilza Sales Costa	
Maria Luzia do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7412127017	
CAPÍTULO 8	90
GAMES EDUCATIVOS: DIFERENTES FERRAMENTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	
Gislaine Beretta	
Tatiane Beretta	
Bruna de Oliveira Bortolini	
Juliano Bitencourt Campos	
DOI 10.22533/at.ed.7412127018	
CAPÍTULO 9	103
AS POLÍTICAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS E A (RE)ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elane Luís Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.7412127019	
CAPÍTULO 10	121
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO VIGOTSKI: POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Denis Correa Ferminio	
Thaise de Oliveira	
Vidalcir Ortigara	
Vânia Vitória	
DOI 10.22533/at.ed.74121270110	
CAPÍTULO 11	132
O USO DO LÚDICO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Vanessa Cordeiro Hermogenio	
Jocitiel Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.74121270111	
CAPÍTULO 12	143
A INFÂNCIA NEGRA E QUILOMBOLA NA PERSPECTIVA DA LEI 9.394/1996 EM	

ALCÂNTARA – MA

Ricardo Costa de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.74121270112

CAPÍTULO 13..... 154

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CRIAÇÃO DO *CAMPUS* DA UECE NO SERTÃO DOS INHAMUNS

João Álcimo Viana Lima

DOI 10.22533/at.ed.74121270113

CAPÍTULO 14..... 166

DESENVOLVIMENTO DA ATITUDE CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Vania Fernandes e Silva

Rosângela Veiga Júlio Ferreira

Ricardo Vicente da Cunha Júnior

Letícia Cunha Reis

DOI 10.22533/at.ed.74121270114

CAPÍTULO 15..... 172

“VELHO” E *NOVO MAIS EDUCAÇÃO*: AJUSTES NA FUNÇÃO DA ESCOLA AFEITOS AO CAPITAL?

Saraa César Mól

Cosme Leonardo Almeida Maciel

Ana Maria Clementino Jesus e Silva

Flávia Silva Martins

DOI 10.22533/at.ed.74121270115

CAPÍTULO 16..... 184

PROPOSTAS DE INSTRUMENTOS MEDIACIONAIS PARA FOMENTAR A QUALIDADE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE SALA DE AULA VIRTUAL

Fernanda Maria Furst Signori

Alexsandro Barreto Gois

DOI 10.22533/at.ed.74121270116

CAPÍTULO 17..... 193

SOBRE SINCRONIAS, ENCONTROS E AFETOS – O MUNDO ENQUANTO SALA DE AULA ou A SALA DE AULA É O MUNDO

Angela Zamora Cilento

DOI 10.22533/at.ed.74121270117

CAPÍTULO 18..... 209

O USO DO CINEMA EM SALA DE AULA: UM DEBATE NECESSÁRIO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E NO TRABALHO DOCENTE

Douglas Soares Freitas

Manoel Messias Rodrigues Lopes

Suely dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.74121270118

CAPÍTULO 19.....	225
LET'S SING FOR A MULTICULTURAL EDUCATION	
Juan Rafael Muñoz Muñoz	
Javier González Martín	
DOI 10.22533/at.ed.74121270119	
CAPÍTULO 20.....	235
OFICINAS DE REFLEXÃO E ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS: INSTRUMENTOS DE PESQUISA NA ABORDAGEM QUALITATIVA NO ÂMBITO EDUCACIONAL	
Rosimeire Ferreira Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.74121270120	
CAPÍTULO 21.....	244
RECURSOS DIDÁTICOS E A RESSIGNIFICAÇÃO DE CONCEITOS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	
Givaedina Moreira de Souza	
Cintia Dias de Mattos Toyoshima	
Maria Irene dos Anjos Souza da Silva	
Américo Junior Nunes da Silva	
Ana Maria Porto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.74121270121	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	253
ÍNDICE REMISSIVO.....	254

O USO DO CINEMA EM SALA DE AULA: UM DEBATE NECESSÁRIO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E NO TRABALHO DOCENTE

Data de aceite: 22/01/2021

Data de submissão: 06/11/2020

Douglas Soares Freitas

Universidade Federal de Goiás- UFG
Jataí – GO
<https://orcid.org/0000-0002-3131-0023>

Manoel Messias Rodrigues Lopes

Universidade Federal de Goiás- UFG
Jataí – GO
<https://orcid.org/0000-0001-9291-4149>

Suely dos Santos Silva

Universidade Federal de Goiás- UFG
Jataí – GO
<https://orcid.org/0000-0002-7185-6637>

RESUMO: O artigo discute sobre a possibilidade de inserção do cinema na sala de aula como recurso didático destinado a melhoria do processo de ensino aprendizagem por meio da ampliação da capacidade narrativa/argumentativa com a aquisição dos diferentes tipos de capitais: linguístico, social e cultural, tal como previsto na Lei 13.006/14. A pesquisa tem como objetivo apontar alguns problemas em relação à permanência dos estudantes na escola bem como o aproveitamento do tempo que passam nela, sobretudo nas escolas de tempo integral, para beneficiar-se da apropriação de capitais disponibilizados pela escola. Trata-se ainda de abordar algumas formas de apropriação de filmes para melhor desempenho intelectual dos estudantes, com o uso frequente de filmes de

diferentes gêneros e temáticas. Por que trabalhar cinema em sala de aula? Quais as potencialidades do cinema no que se refere a linguagens e saberes que podem ser apropriados com a obra cinematográfica? A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental e embasa-se no método praxiológico de Bourdieu, ou seja, na análise relacional, analisando o sistema de ensino brasileiro e os reflexos da abordagem tradicional no *habitus* dos estudantes, bem como na substituição desta por processos que levem esses estudantes a ampliarem seu repertório linguístico e cultural e a consequente ampliação do seu protagonismo na escola e fora dela.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Cultura. Cinema. Capital Cultural. Ensino.

THE USE OF CINEMA IN THE CLASSROOM: A NECESSARY DEBATE IN EDUCATIONAL POLICIES AND TEACHING WORK

ABSTRACT: The article discusses the possibility of including cinema in the classroom as a didactic resource to improve the teaching-learning process by expanding the narrative/argumentative capacity with the acquisition of different types of capital: linguistic, social and cultural, such as provided by the Brazilian Law 13.006/14. The research aims at pointing out some problems regarding the permanence of students in the school, as well as improving the gain of the time spent in it, especially in full-time schools, in order to benefit from the capital available by the school. It also deals with addressing some forms of selecting films for better intellectual performance

of students, with the frequent use of different genres and themes. Why should we work cinema in the classroom? What are the potentialities of cinema in terms of languages and knowledge that can be appropriated with cinematographic work? Bibliographic and documentary research was used as methodology and it was based on Bourdieu's praxiological method, that is, on relational analysis, analyzing the Brazilian education system and the reflexes of the traditional approach in the students' habitus, as well as its replacement by processes that lead students to expand their linguistic and cultural repertoire and, consequently, the expansion of their role at school and beyond.

KEYWORDS: Education, Culture, Movie theater, Cultural Capital, Teaching

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de pesquisa, que teve início com caráter monográfico, desenvolvida para obtenção de grau em Licenciatura plena em Pedagogia e que se desdobrou em nova pesquisa de nível *Stricto Sensu* atualmente em desenvolvimento. Delineamos a chegada do cinema no Brasil e suas conexões com o processo educativo formal incluindo aí as políticas públicas educacionais.

A pesquisa visou a refletir, sobretudo, em relação às normativas e documentos que surgiram na última década, bem como a respeito de que modo os documentos preveem o trabalho docente com filme no processo educativo. A diretriz legal objetiva introduzir a obra cinematográfica nas aulas de forma que aponte possíveis resultados positivos no uso do filme na escola. A realização do trabalho pedagógico com filme no âmbito escolar embora prevista em lei precisa ser analisada a fim de compreender quais têm sido os obstáculos para sua efetivação. Como objetivo geral, analisamos aspectos globais da constituição do cinema e sua inserção e aceitação na esfera educacional. Como objetivos específicos, delineamos a historicidade da Sétima Arte e o filme como instrumento de ensino-aprendizagem. Os resultados observados indicam a aceitação, ainda que tímida, desta ferramenta pedagógica na escola.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar a discussão, tomaremos como referência autores da área de estudos de cinema, tais como (BERNARDET, 1980), (DUARTE, 2008, 2009), (FRANCO, 1995, 2012), (NAPOLITANO, 2008), (SILVA, 2012, 2013, 2017, 2018). Embasaremos nos documentos da Lei 13.006/14 (BRASIL, 2014) e também na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Referente ao método, trabalharemos com (Bourdieu, 1994, 1996, 2000, 2003, 2004, 2011). Afirma este autor que "Todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura etc., são objetos de análises com pretensões científicas" (BOURDIEU, 2004, p. 19).

O surgimento da Sétima Arte no mundo e no Brasil se deu de forma concomitante nos últimos 120 anos. A presente pesquisa parte da seguinte problemática: como o filme

tem sido trabalhado em sala de aula como forma educativa ou tentativa de utiliza-lo para tal fim? Visa a responder às questões de como se deu a aproximação do cinema com a educação. Embasamo-nos no método de coleta e análise de dados da praxiologia desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, o qual preconiza que a pesquisa seja feita a partir de uma abordagem relacional e racional, “orientada para a maximização do rendimento dos investimentos e para o melhor aproveitamento possível dos recursos, a começar pelo tempo de que se dispõe” (BOURDIEU, 2000, p. 18) assim como no pensar relacional que atribui primazia às relações, “porque se opõe diretamente às rotinas do pensamento corrente (ou senso comum esclarecido) no mundo social, vinculada que está a “realidades” substanciais, indivíduos, grupos etc. mais do que às *relações objetivas* que não podemos mostrar ou tocar” (BOURDIEU, 1996, p. 9, grifos do autor).

Seguindo essa perspectiva, o trabalho docente em sua essência prescinde que seja dessa forma uma atividade reflexiva e intencional, de modo a estabelecer conexões e nexos entre o saber sistematizado e as artes, neste caso o filme, validando este e produzindo conhecimento. A origem do cinema se deu no fim do século XIX. Segundo (BERNARDET, 1980), a primeira exibição foi no dia 28 de dezembro de 1895 promovida pelos irmãos Lumière¹. Segundo Figurelli (2013) “É a própria vida, é o movimento tomado ao vivo. A fotografia cessou de fixar a imobilidade: ela perpetua a imagem do movimento” (p. 111, grifos do autor). Aquela apresentação inicial causou impacto tão forte nos presentes que todos saíram dali com tanto entusiasmo que imediatamente disseminaram essa informação para um grande número de pessoas.

O primeiro contato com a arte cinematográfica propiciou muitas experiências, visto que “o cinema dá a impressão de que é a própria vida que vemos na tela, brigas verdadeiras, amores verdadeiros, mesmo quando se trata de algo que sabemos não ser verdade” (BERNARDET, 1980, p. 12-13). Assim, este recurso, desde a segunda metade da década de 1890, passou a atrair espectadores sendo logo considerado como sétima arte. A princípio, este cinema constituía-se apenas por exibições de curta metragem produzidos da seguinte forma: “a pessoa que detinha a tecnologia pegava a sua câmara, escolhia um assunto, posicionava-se na frente do assunto e colocava a câmara para rodar até que terminasse o rolo de filme” (BRASIL, 2008, p. 88). Essa forma foi adotada tanto nas produções de pioneiros, como Thomas Edison e irmãos Lumière, como em algumas produções contemporâneas.

No Brasil, a primeira sessão de cinema, segundo Rouchou (2005), foi em 1896 que Alfonso Segretto fez a primeira filmagem e exibição brasileira. A partir deste momento, o cinema espalhou-se para todo o país na medida em que as cidades faziam investimentos em construções de salas de exibição e adquiriam os aparelhos para reprodução dos filmes.

A popularização do cinema, anos mais tarde, tornou o processo histórico da produção ¹ *Auguste e Louis*, dois engenheiros franceses nascidos em Besançon na década de 1860, que dirigiam uma fábrica de instrumentos ópticos e material fotográfico fundada pelo pai, *Antoine Lumière*, no final do século XIX (BRASIL, 2008, p. 85).

cinematográfica no Brasil um importante produto que entretém milhões de espectadores e emprega milhares de pessoas em suas diversas etapas de concepção, produção, distribuição e apresentação dos filmes o que interferiu significativamente para a criação de políticas públicas do setor. Trata-se de uma importante parte da produção cultural do país e uma das mais características formas de representação e de apresentação da sociedade brasileira como ela é. Nesse sentido, afirma (SILVA,2017) que;

O que importa, em termos de análise da identidade nacional, é colocar a situação de desenvolvimento da nação frente às aquisições de cultura da população brasileira. A configuração sociocultural que tivemos expressa as condições econômico-políticas em que se deu nossa construção societal. A configuração da nação carrega, assim, marcas – em geral negativas e perniciosas – da modernização dependente que foi sendo adotada pelos sucessivos grupos ocupantes dos governos, desde Getúlio Vargas, os militares, até grupos que assumiram a redemocratização do país de 1992 em diante (SILVA, 2017, p. 107).

Nesse sentido, discorreremos mais ao longo do texto a questão da relação e composição da cultura e a elitização da produção simbólica principalmente no enfoque de ações promovidas nos governos de Getúlio Vargas a alguns elementos que foram inseridos nas bases legais a partir da redemocratização. Todo esse processo se deu por conta da constituição do *habitus* que, segundo (BOURDIEU,1994), trata-se de um “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’” (BOURDIEU, 1994, p. 60). Por não serem leis pétreas, as leis dos *habitus* são “adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1994, p. 61). Nesse sentido, veremos a seguir que a constituição do *habitus* brasileiro permeia as questões humanas, políticas e educacionais que deveriam ser refratárias às questões culturais já que estas estavam reservadas e a serviço da elite como garantidora de distinção social e cultural.

A relação cinema e educação no Brasil tem se dado de forma tímida. Após a contextualização do cinema até sua chegada no Brasil, medidas do Estado nos anos 1930 iniciaram como tentativa de inserção de filmes como instrumento que possibilitasse o ensino-aprendizagem nas escolas. Nesse sentido, essa tentativa frustrada do governo brasileiro de aproximar o cinema da educação escolar no Brasil, “foi o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), oficializado por Getúlio Vargas em 1937. Tal investimento governamental ficou reduzido às intenções e ainda contribuiu para que o termo cinema educativo tenha se tornado sinônimo de filme entediante” (MOGADOURO, 2014, p. 62).

O INCE², no formato como foi concebido naquele momento, não se mostrava

2 “Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE). Idealizado pelo antropólogo Edgar Roquette Pinto, o INCE, primeiro órgão estatal brasileiro voltado para implantar e difundir o cinema educativo, foi criado pelo governo de Getúlio Vargas,

interessante em virtude de ter como iniciativa a produção e a pedagogização extremas. O cineasta Humberto Mauro foi o responsável por produções consideradas extremamente desconexas. Nesse sentido, segundo (MOGADOURO, 2014), a prática de exibição de documentários pedagogizados não surtiu efeito satisfatório no campo educacional brasileiro. Se analisarmos sob a ótica do método relacional proposto por Bourdieu e empregarmos o conceito de campo para analisar as formas de poder da sociedade brasileira naquele momento, compreendemos por que havia uma tessitura social adversa ao cinema na escola e o receio pela expressão da Arte como um todo na desalienação do povo.

Para melhor esclarecer, trazemos a definição de campo e as regras do jogo político em ação. “um círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma” (BOURDIEU, 2000, p. 7), ou ainda “apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes” (BOURDIEU, 2003, p. 119). Naquele contexto, o campo da educação não pôde estar aberto a modificar sua estrutura, já que esta decisão implicaria na alteração na(s) posição(ões) do(s) agente(s), ou receber as produções de documentários do INCE poderia talvez levantar críticas aos conteúdos produzidos.

Os filmes naquela época, segundo consta, contribuíam para promoção e disseminação dos valores nacionais e para a constituição do patriotismo, apresentando “ideais alinhados com a política da Era Vargas, que pensava o cinema como ‘o livro de imagens luminosas’, demarcando prontamente o viés didático e instrucional que os filmes deveriam ter” (WALTER, 2015, p. 187, grifos do autor).

Naquele momento, as motivações político-ideológicas motivaram a adoção do cinema na escola e, conseqüentemente, a educação dos agentes inseridos no ambiente escolar. Segundo (SILVA; SILVA, 2018, p. 02), “a escola é, em primeiro lugar, uma construção social e histórica que se ancora, sobretudo, na cultura e, portanto, é e deve ser pensada do ponto de vista histórico”. Assim, o propósito do contexto da Era Vargas acabou se desviando do real sentido o qual deveria estar direcionado a atender e fomentar uma educação ampla que formasse o cidadão para o mundo. A proposta governamental implementada em 1937 não atendia a intenção de utilizar o cinema como prática educativa. Segundo Filhos (1952), “chamamos cinema educativo o cinema que proporciona a comunicação de fatos da vida ambiental, cultural, literária, artística, científica ou técnica, utilizando-se da emoção e da surpresa, mas sem falsear-lhe a originalidade dos fatos e das coisas em face da realidade”(FILHOS, 1952, p. 177).

Reforça-se que a proposição inicial do INCE era realizar as gravações e documentar essas ações educativas que estariam diretamente enquadradas ao cinema instrutivo/escolar. Desta forma, a proposta do instituto distanciava-se da sugerida inicialmente, de

como instrumento de educação e transmissão de ideologias e sob a inspiração de instituições europeias similares” (GALVÃO, 2004, p. 5), operou de 1937 a 1966.

se ter o cinema como prática de ensino efetiva capaz de promover a ampliação do capital cultural “indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, [...] obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe” (BOURDIEU, 2011, p. 73). Assim, as experiências com as obras cinematográficas funcionariam como um instrumento de apropriação e de (re)distribuição de bens simbólicos entre/e aos estudantes, seus familiares e redes sociais.

Dever-se-ia repensar a forma de produzir e adotar a definição de prática educativa como a “[...]transmissão e produção de conhecimentos, padrões éticos e valores morais, tornando-se necessário analisá-la além do espaço escolar, verificando o processo de formação cultural no interior do mundo áudio-imagético” (CARVALHAL, 2008, p. 20). Desta forma, reforçamos aqui que a prática pedagógica em sua amplitude tem como cerne a valorização do conhecimento que advém das experiências culturais diversas e especificamente da cultura audiovisual em todas as manifestações. Este trabalho deve ser também contemplado nas licenciaturas. Segundo Pires (2010) o “sistema escolar, constata-se que não só existe o preconceito com relação à oralidade cultural, como também com relação à cultura audiovisual: uma atitude defensiva diante do desafio de reconhecer um novo ecossistema comunicativo, no qual emerge outra cultura, com novos modos de ler, ver, pensar e aprender” (p. 283).

Realizar qualquer tarefa nova exige a compreensão de processo. O desafio é enorme, mas o trabalho com a cultura como expressão de uma coletividade que se identifica enquanto nação livre e ativa deve ser buscado. E também, segundo Duarte e Alegria (2008), há fortes indícios que o “reconhecimento de que o cinema tem uma vocação intrinsecamente pedagógica, no que diz respeito à difusão cultural e à formação do espectador, teve origem no próprio meio cinematográfico, que, desde muito cedo, se acreditava capaz de interferir de algum modo na educação das massas (p. 61).

Embora a tentativa de criar um projeto de cinema na escola de caráter nacional (como pretendeu o INCE), o trabalho com cinema e projeção de filmes nas escolas não deixou de existir. Existem inúmeras experiências e incontáveis registros da atividade de professores e mesmo de Secretarias de Educação a respeito disso. A relação cinema e educação só se fortaleceu dada a importância e o (re)conhecimento da obra cinematográfica como auxiliar no processo educativo.

Ao enfatizar o filme como instrumento de aprendizagem faz-se necessário conceituar este termo. De acordo com Franco (2012), filme é definido como “objeto estético/cultural de consumo individualizado. Sua fruição se dá dentro de uma bolha perceptiva, construída pela tecnologia de projeção de imagens em movimento em sala escura” (p. 11). O filme tem a possibilidade de exercer função pedagógica, de despertar o prazer visual e o encantamento de quem assiste. São dimensões simbólicas que auxiliam o desenvolvimento da humanidade em toda sua trajetória de vida. Nesse sentido, o mercado dos bens simbólicos tem leis

próprias, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais; tendem a partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores. Em consideração à extrema relevância do trabalho com os estímulos audiovisuais, especialmente com o filme em sala de aula, foi implementada no ano de 2014 a Lei 13.006/14, a qual estabelece que “[...] a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais” (BRASIL, 2014, art. 26 – § 8). A inclusão do cinema na escola não tem sido uma tarefa fácil a “trajetória que remonta já desde 1898, a consolidação dessa relação nas escolas é relativamente tardia. Assim, há uma lacuna no que diz respeito à inserção estrutural do trabalho com o cinema na escola através de uma regulamentação formal como ocorreu com as demais disciplinas” (SOUSA, 2017, p. 23).

Esta lei despertou nos professores a necessidade de que tomassem uma postura favorável, ou seja, que atendessem ao dispositivo legal acima citado. Tal adequação imposta como obrigatoriedade pode gerar alguns riscos, pois é perigoso que se obrigue os professores a cumprirem exigência legal “que o cinema continue entrando pela porta de trás das disciplinas, como mero suporte didático, sem uma maior preocupação em construir articulações e aproximações mínimas com os elementos característicos da linguagem cinematográfica” (FRESQUET; PAES, 2016, p. 171).

Em razão das preocupações com a forma que a escola deve trabalhar o cinema é que defendemos neste e em outros textos que a formação cultural ampla dos docentes seja urgente. As dificuldades encontradas no desenvolver do trabalho com o filme podem ser oriundas do processo de formação docente no qual este não obteve a instrumentalização necessária para trabalhar com a linguagem cinematográfica, visto que tanto nos cursos de licenciatura, em especial o curso de Pedagogia – ainda mais em relação aos que não passaram por modificações em seu Projeto Político Pedagógico após a publicação da Lei do Cinema em 2014 – não há amplas discussões sobre o trabalho com o filme em sala de aula.

Defendemos que “o cinema é, inclusive, um elemento importante nas leituras e análises que se fazem atualmente nas intersecções das artes com a comunicação, pois alia elementos narrativos às funções informativas e suasórias” (COVALESKI, 2012, p. 93). Ele não deve ser trabalhado de qualquer forma ou apenas como entretenimento devido a, historicamente, sofrer muitas dificuldades para ser inserido no contexto escolar, assim como afirma (NAPOLITANO, 2009).

Apesar de ser uma arte centenária e muitas vezes ao longo da história ter sido pensado como linguagem educativa, o cinema ainda tem alguns problemas para entrar na escola. Não apenas na chamada “escola tradicional” (o que seria mais compreensível, dada a rigidez metodológica que dificulta o uso de filmes como parte da didática das aulas), mas também dentro da escola renovada, generalizada a partir dos anos 1970, o cinema não tem sido utilizado com a frequência e o enfoque desejados (NAPOLITANO, 2009, p. 7).

No contexto educacional brasileiro, o cinema foi inserido desde a primeira metade do Século XX “em publicações da imprensa diária, em revistas especializadas de cinema, em revistas de educação, como também em alguns livros publicados por teóricos ou educadores, entre os anos de 1920 e 1930” (CATELLI, 2007, p. 41). (NAPOLITANO, 2009) demonstra que há debates por quase cem anos e mesmo assim os professores na grande maioria possuem dificuldades com metodologias de trabalho com o recurso fílmico no sistema educacional brasileiro.

Relacionado a este debate, (XAVIER, 2008) concedeu uma entrevista no ano de 2008 à revista Educação & Realidade. Quando perguntado quais relações poderiam ser estabelecidas entre o cinema e a educação, respondeu o seguinte.

o cinema incorpora aquela dimensão formadora própria às várias formas de arte que cumprem um papel decisivo de educação (informal e cotidiana), de outro ele pode se inscrever de forma mais sistêmica no processo educativo, seja pelo uso de qualquer gênero de filme (ficção, documentário) em sala de aula, com interação direta com a fala do professor, seja pela produção daquela modalidade especial a que se deu o nome “filme educativo”, esse que supostamente se estrutura como ato comunicativo que apresenta, de um modo ou de outro, uma demarcação, uma metodologia de ensino, um princípio pedagógico, voltados para o domínio específico ou para o adestramento para uma prática (XAVIER, 2008, p. 14-15).

Consideramos como fundamentais as ponderações de (XAVIER, 2008) e buscamos relacioná-las com as afirmações de (FRANCO, 1995) sobre o trabalho docente com o filme. De acordo com a autora, uma das pioneiras nas pesquisas sobre a relação educação e cinema no Brasil, é possível proceder da seguinte forma:

Aproximam como educadores e não como espectadores comuns – que sempre foram. Trazem para a sala de aula, para os conteúdos de suas disciplinas, esse clima de viagem de aventuras entre os estados sensíveis estimulados pela linguagem audiovisual e o caminho da compreensão racional dos conteúdos comunicados esteticamente pelos artistas da mídia. (FRANCO, 1995, p. 52).

Para melhor referendar o trabalho com cinema na escola, é interessante partir do pressuposto de que “o cinema deve estar na escola não como um conteúdo curricular campo de especialidade de um professor, mas de outra maneira, em outra perspectiva, fugindo a racionalidade instrumental e às obrigações estritamente formais dos aprendizados e de conteúdo”(RAMOS; TEIXEIRA, 2010, p. 08). Nesse sentido, os autores Xavier e Silva (2018) argumentam que um(a) docente qualificado(a) “deverá conciliar os saberes que a criança/jovem traz com os que terão de ser abordados na escola/universidade. O ambiente favorável facilita a (re)elaboração de conceitos e permite que o(a) estudante alcance gradativamente seu melhor modo de aprender” (p. 306).

É também fundamental que o filme possa ter “articulação com o currículo e/ou conteúdo discutidos, com habilidades desejadas e requeridas e com os conceitos discutidos;

adequação à faixa etária e etapa específica da classe na relação ensino aprendizagem” (NAPOLITANO, 2009, p. 16), tornando-se, assim, instrumento formativo. O filme escolhido/selecionado poderá estar inserido como componente curricular complementar associado ao conteúdo ministrado pelo docente e, tangencialmente, tocar questões interdisciplinares com as demais disciplinas cursadas.

De acordo com Mogadouro (2014), pesquisas desenvolvidas em instituições escolares brasileiras apresentam dados demonstrando que o trabalho pedagógico com o cinema/filme persiste com alguns déficits metodológicos, tais como:

[...] o uso do filme como solução para problemas graves que a escola enfrenta, como indisciplina, violência, *bullying*, gravidez precoce, uso de drogas e todos os males sociais possíveis. Com essa intenção, são exibidos filmes com mensagens edificantes, com intuito de sensibilizar os alunos. Se a atividade não for bem planejada e não garantir um bom espaço de debates, mediação, reflexão, acaba sendo frustrada, pois representa uma supervalorização do audiovisual. Trata-se aí da mesma raiz do medo (ainda existente) de que um filme dissemine maus valores e produza más influências. É muito raro que um filme fale por si e que o simples contato com mensagens saudáveis seja suficiente para a boa formação dos educandos (MOGADOURO, 2014, p. 64).

Desta forma, caberia ao profissional da educação formar-se amplamente com os elementos diversos da cultura do seu país. Como afirma (DUARTE, 2009), “parece ser desse modo que determinadas experiências culturais, associadas a uma certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção dos saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais” (DUARTE, 2009, p. 18). Concomitante a esse pensamento, (SILVA, 2013) afirma que “no caso brasileiro há especificidades geográficas e territoriais [...] temos ainda a cultura transplantada cujos componentes dos colonizados prefiguram uma representação tanto do país [...] configura e desloca dentre outras coisas, a formação do gosto dos habitantes” (SILVA, 2013, p. 90).

Para que haja o desenvolvimento de trabalho pedagógico nesta perspectiva, independentemente do método de ensino ou recurso utilizado, segundo (MORAN, 2000),

Há uma preocupação com *ensino de qualidade* mais do que com *educação de qualidade*. Ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino organiza-se uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a compreender áreas específicas do conhecimento (ciências história, matemática). Na educação, o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Educar é ajudar a integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos (MORAN, 2000, p. 12, grifos dos autores).

Concebe-se o uso do filme nesta situação enquadrado como parte do processo educativo que levará o aluno a conhecer, e “conhecer significa compreender todas as dimensões da realidade, captar e expressar essa totalidade de forma cada vez mais

ampla e integral” (MORAN, 2000, p. 18). A expressão apreender significa ‘fazer uso de’, de forma que o instrumento elencado anteriormente consiga atingir todos esses objetivos do conhecer.

Finalmente, o trabalho com filmes na escola está amparado tanto teórica quanto legalmente. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os usos dos recursos audiovisuais devem ocorrer desde a educação infantil, período este em que crianças de zero a quatro anos são educadas em instituições especializadas e que devem atender todas as necessidades de acordo com a faixa etária. Dentre as atividades pedagógicas, os professores deste nível de ensino devem trabalhar com

Traços, sons, cores e formas. Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras (BRASIL, 2018, p. 41).

São de extrema importância os trabalhos desenvolvidos desde os primeiros anos de vida. Assim como afirma a autora (VAROTTO, 2013), o trabalho com filmes infantis “[...] apresenta-se com grande valor educativo para a criança, pois além de interagir com ela, permite que observem as diferentes formas de relacionamento com o meio e as atividades que podem ser feitas” (VAROTTO, 2013, p. 88). Assim sendo, o adulto representado nesses ambientes pelo(a) pedagogo(a) deve planejar o trabalho pedagógico de forma intencional e fazer a mediação do conhecimento que a criança já possui com aquele que se pretende atingir, avançando alguns anos no processo de ensino no Ensino Fundamental I, ou Anos Iniciais, compreendido atualmente pelas séries Jardim II, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano, com crianças de 5 a 10 anos. Para estes, as mídias, incluindo os filmes, podem ser trabalhados como prática de leitura que “[...] no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música) (BRASIL, 2018, p. 72). Dessa forma, acompanha-se e possibilita-se a atribuição de significados aos recursos digitais. Seguindo este pensamento, a BNCC pressupõe que o trabalho com o recurso fílmico propicie

A ampliação de repertório, considerando a diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas – literatura juvenil, literatura periférico-marginal, o culto, o clássico, o popular, cultura de massa, cultura das mídias, culturas juvenis etc. – e em suas múltiplas repercussões e possibilidades de apreciação, em processos que envolvem adaptações, remediações, estilizações, paródias, HQs, minisséries, filmes, videominutos, games etc. (BRASIL, 2018, p. 500).

E também desenvolvimento da oralidade necessária para a capacidade narrativa e argumentativa tão requerida, por exemplo, nas provas e exames amplamente utilizados

pelo sistema de ensino. Sobre isso, o documento afirma que:

[...] a oralidade também proporciona o desenvolvimento de uma série de comportamentos e atitudes – como arriscar-se e se fazer compreender, dar voz e vez ao outro, entender e acolher a perspectiva do outro, superar mal-entendidos e lidar com a insegurança, por exemplo. Para o trabalho pedagógico, cabe ressaltar que diferentes recursos midiáticos verbo-visuais (cinema, internet, televisão, entre outros) constituem insumos autênticos e significativos, imprescindíveis para a instauração de práticas de uso/interação oral em sala de aula e de exploração de campos em que tais práticas possam ser trabalhadas (BRASIL, 2018, p. 243).

Dessa forma, é importante valorizar a trajetória do cinema enquanto arte e cabe a nós profissionais do magistério atribuir o devido valor do filme e integrar essa ferramenta tão importante ao trabalho didático pedagógico, o qual tem muito a contribuir com o processo de ensino-aprendizagem, propiciando aos estudantes diferentes formas de ver o mundo que os cerca e também formas de conhecer aquilo que está para além dos horizontes em outros continentes e culturas, apreciando e valorizando a cultura de outros povos, as formas de agir, de interagir com os outros. São nos personagens que “ocorrem personificações e encarnações de forças sociais em conflito que no limite, não assegura lugar para todos, especialmente aos jovens (SILVA, 2012, p. 715). Nesse sentido, o estudante sente-se como pertencente por meio da identificação com os atores e personagens da trama. Este é o ponto a partir do qual está pautada nossa defesa. O cinema por tudo que foi elencado é seguramente um dos meios que há mais de 100 anos só faz crescer uma poderosa forma de fazer chegar às pessoas, especificamente no espaço escolar, conhecimentos, transmitir ideias, debater assuntos, tecer contra-argumentos e tomar para si e fazer uso criativo dos elementos da cultura do nosso país. Se a escola deve ser o lugar que desenvolve o protagonismo infantil/juvenil/adulto, por meio do cinema é possível conseguir que se aprendam conteúdos, formas de resistir e de lutar, etc.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por mais que os aspectos intrínsecos da cultura escolar dificultem a introdução e o trabalho sistemático com filmes desde os anos iniciais para que o estudante assimile/interaja/participe dos elementos e signos de seu país, o trabalho é ainda muito solitário. No entanto, cabe ao docente (in)formar-se sobre métodos e metodologias de trabalho com o recurso fílmico e, desta forma, buscar gradativamente condições de realizar o planejamento da relação dos conteúdos com as temáticas do filme selecionado. Após esta apropriação processual e ampla, estará apto(a) a realizar a preparação que prevê: conhecimento da técnica e das tecnologias dos meios de exibição, debate/discussão do tema estudado e a realização ou não de atividades relacionadas ao filme exibido embora previsto em lei.

Destacamos que o trabalho didático-pedagógico com filme ainda enfrenta muita

dificuldade em razão principalmente da formação inicial e mesmo da continuada, as quais negligenciam estes temas. Soma-se a isto a falta ou precariedade de estrutura na escola. Em geral, ela não prevê em sua arquitetura a construção de salas apropriadas para a projeção de filmes para uma turma de 40 ou mais estudantes, além de que o brasileiro em geral têm dificuldades de seguir o estabelecido legalmente.

Ao pensar no uso de um filme em sala de aula, primeiramente o/a professor/a precisará incluí-lo como parte do planejamento bimestral/semestral a fim de elaborar e propor situações nas quais o cinema materializado na forma de filmes em DVD ou em qualquer outra mídia possa, de acordo com (SILVA, 2012, p. 716), “ser usado para construir debates e discussões que fomentem o entendimento de uma cultura e de povos diferentes”. O resultado deste trabalho logo será percebido na forma como os estudantes se tornam mais comunicativos e propositivos, bem como mais curiosos sobre os diversos assuntos que venham a ser abordados.

Por associação, se os estudantes assimilam e utilizam mais amplamente os tipos de capitais requeridos no espaço escolar e fora dele, como falar e escrever bem - na norma culta - e se além deste uso geral souberem se apropriar das demais formas de capital - como relações de amizade que contribuam para a ampliação destas habilidades e competências necessárias e requeridas - eles estarão formando um novo *habitus* e estarão mais aptos a compreender as regras de cada campo social do qual participam ou venham a participar. Também poderão ampliar seus ganhos acadêmicos. Segundo Reia-Baptista (1995) “a inclusão de estudos midiáticos nos diferentes níveis de ensino é uma medida necessária para uma formação integral e adequada às características culturais do cidadão das sociedades modernas onde o fenômeno comunicativo global assume grande importância social, cultural e pedagógica” (p. 01). A escola integral e crítica pressupõe que a cultura e a arte sejam partes constitutivas da formação bem como o cumprimento aos requisitos previstos nas políticas voltadas à educação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto teve por objetivo elencar alguns elementos que evidenciam que o trabalho escolar com o audiovisual em geral e o fílmico em particular é importante para o desenvolvimento dos educandos. Sendo assim, o trabalho com literatura, filme, vídeo, fotografia, lei, regulamentações, entre outras fontes, pode propiciar o aprendizado significativo.

Assim, defendemos o filme como arte e, como tal, elemento necessário para a formação crítica e produtora, tanto do ponto de vista pessoal quanto social e profissional do discente. Em 1982, a UNESCO promulgava a Declaração sobre a Educação dos Meios. Desde então, é necessário admitir que o cinema é um aliado. Nesta declaração, está escrito que “em vez de condenar ou aprovar o indiscutível poder dos meios de comunicação, é

forçoso aceitar como um feito estabelecido o seu considerável impacto e a sua propagação através do mundo e, ao mesmo tempo, reconhecer que constituem um elemento importante da cultura no mundo contemporâneo” (MARIN; ZAMBRANO; CURIEL, 2015, p. 150).

Ressalta-se, por fim, que não dispensamos os demais recursos e metodologias de ensino. Apenas apresentamos aqui algumas estratégias que possibilitam desenvolver melhor habilidades de leituras diversas tanto da imagem quanto da música ou da fotografia e mesmo das charges e desenhos como forma de ampliar a utilização de recursos que facilitem o trabalho pedagógico como forma de enriquecimento das experiências narrativas, descritivas e argumentativas dos estudantes da educação básica a fim de ampliar sua posse e uso de capital cultural. O campo da educação e o campo da cultura possuem conexão e relação visceral com o cinema como potencializador de maior capacidade de os egressos do sistema de educação obterem poder e prestígio.

REFERÊNCIAS

BERNARDET, J. C. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas- SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**; Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal), 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 322p.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora Unesp. 2004. 87p.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (org.). **Escritos de educação**. 12ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 73-79.

BRASIL, G. A. Ensaio: politizando a tecnologia e a feita do cinema. In PRETTO, NL; SILVEIRA, SA., (Orgs.). **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. [Online]. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 85-92. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/22qtc/pdf/pretto-9788523208899-07.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 13.006, de 26 de junho de 2014**. Acrescenta § 8o ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 27 junho 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm . Acesso em: 02 nov. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

CARVALHAL, F. C. A. **LUZ, CÂMERA, EDUCAÇÃO! O Instituto Nacional de Cinema Educativo e a formação da cultura áudio-imagética escolar.** 2008. 314p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp066409.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

CATELLI, R. E. **Dos “naturais” ao documentário: o cinema educativo e a educação do cinema entre os anos 1920 1930.** 2007. 236p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285011>. Acesso em: 20 jun. 2019.

COVALESKI, R. L. Artes e comunicação: a construção de imagens e imaginários híbridos. **Galáxia** (São Paulo, *Online*), n. 24, p. 89-101, dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/8218/9413>. Acesso em: 02 nov. 2019.

DUARTE, R.; ALEGRIA, J. Formação Estética Audiovisual: um outro olhar a partir da educação. **Educação e Realidade**, v.33, n.1, p. 59-80, jan. /jun, 2008.

DUARTE, R. **Cinema e educação.** 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FIGURELLI, R. C. Cinema, a sétima arte. **Extensio UFSC**, Volume 10, Nº, 15, p. 110-119. 1º semestre 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2013v10n15p110>. Acesso em: 02 nov. 2019.

FILHOS, P. G. CINEMA E EDUCAÇÃO. **Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos.** Vol. XVIII julho-setembro, 1952. n. ° 47. p. 177-179.

FRANCO, M. Prazer audiovisual. **Comunicação & Educação**, São Paulo. 121: jan./abr. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i2>, p. 49-52. Acesso em 07 abr. 2019.

FRANCO, M. HIPÓTESE-CINEMA: MÚLTIPLOS DIÁLOGOS. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 5, n. 9, p. 8-23, jan. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1597/1445>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FRESQUET, A. M.; PAES, B. T. A ESCOLA E O CINEMA: Algumas reflexões e apreensões frente a Lei 13.006/14. **Revista Teias** v. 17, n. 47, p. 163-172, jan. /Mar.2016. Disponível em: http://cinead.org/wp-content/uploads/2019/06/A-escola-e-o-cinema_Bruno_paes_e_Fresquet.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

GALVÃO, E. **A ciência vai ao cinema:** uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Rio de Janeiro: UFRJ/ICB, 2004. Disponível em: <https://casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/Dissertacoes/acienciavaiaocinema.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

MARIN, G. J.; ZAMBRANO, Rodrigo Elías; CURIEL, Concepción Pérez. Um caso de Pedagogia comunicacional: a comunicação (política) através do cinema. 2015. In: **Criações Audiovisuais Atuais. Media XXI.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria_Del_Valle_Mejas/publication/313821003_Identidade_e_exclusao_no_romance_feminino_contemporaneo/links/58a74ad94585150402f2a00f/Identidade-e-exclusao-no-romance-feminino-contemporaneo.pdf#page=149. Acesso em 15 de set. De 2020.

MOGADOURO, C. O cinema reinventando a escola – Um diálogo da Educomunicação com o filme A invenção de Hugo Cabret. **Comunicação & Educação**, Ano XIX, n. 1, jan./Jun 2014, p. 59-66. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/download/78568/82620/>. Acesso em: 28 out. 2019.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 11-66.

NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. 4^o ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PIRES, E. G. A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.1, p. 281-295, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n1/a06v36n1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

RAMOS, A.L. A; TEIXEIRA, I. A. C. O professor e o cinema na companhia de Bergala. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 5, n. 10, p. 7-22, jul. /dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1612>. Acesso em: 07 abr. 2019.

REIA-BAPTISTA, V. Pedagogia da Comunicação, Cinema e Ensino: Dimensões Pedagógicas do Cinema. In: **Educación y Medios de Comunicación en el Contexto Iberoamericano** da Universidade Internacional de Andalucia, La Rabida, 1995. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/reia-baptista-pedagogia-comunicacao.pdf>. Acesso em 18 de set. de 2020.

ROUCHOU, J. Cinelândia: o cinema no primeiro ano da revista O Cruzeiro. **ECO-PÓS**, v.8, n.2, agosto-dezembro 2005, p.13-29. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_JoelleRouchou_Cinelandia_cinema_primeiro_ano_revista_OCruzeiro.pdf. Acesso em: 04 nov. 2019.

SILVA, S. dos S. O filme como fonte de análise social. In: **Anais digitais** 16^o Encontro Cinema brasileiro e novas cartografias do cinema mundial. São Paulo: Centro Universitário Senac, 2012. p. 714 -722. Disponível em: https://associado.socine.org.br/anais/2012/12707/suely_dos_santos_silva/o_filme_co_mo_fonte_de_analise_social. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, S. dos S. **A Socine e a produção do conhecimento em cinema brasileiro**: de 1996 a 2012. 2013. 171f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, S. dos S. **Socine- Mapeamento do cinema brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017. 171p.

SILVA, S. dos S.; SILVA, H. M. S. Sistema de educação brasileiro, ensino médio reajustes e limites. **Itinerarius Reflectionis**, 14(1), p. 01-20, 2018. <https://doi.org/10.5216/rir.v14i1.47593>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/47593/25269>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SOUSA, D. M. C. **O cinema na escola**: aspectos para uma (des) educação. 2017. 326p. (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017.

VAROTTO, M. Vamos explorar os objetos! In: ARCE, Alessandra (Org.). **Interações e brincadeiras na educação infantil**. Campinas, SP: Alínea, 2013 p. 73-92.

WALTER, F. O. O lugar do pedagógico nos filmes feitos para crianças. **Pro-Posições**, v. 26, n. 3 (78), p. 185-204 | set./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507809>. Acesso em 28 out. 2019.

XAVIER, I. Um cinema que “Educa” é um Cinema que (nos) Faz Pensar. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n.1, p. 13-20, jan. /jun. 2008.

XAVIER, M. da G. F.; SILVA, S. dos S. Ensino Superior: Avanços e desafios. In: BRITO, E. de S.; SILVA, H. M. S. (Orgs.). **Cenários de mudança na política educacional brasileira e os desafios das licenciaturas**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2018. p. 303-316.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem qualitativa 38, 43, 174, 235, 236, 237

AEE 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62

Afetos 69, 193, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 208

Alcântara 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153

Alfabetização científica 166, 167, 168

Ambiente de aprendizagem virtual 184

Aprendizagem 1, 2, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 23, 27, 31, 33, 56, 57, 60, 61, 62, 65, 66, 76, 77, 81, 85, 87, 90, 91, 92, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 149, 167, 170, 176, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 209, 210, 212, 214, 217, 219, 223, 239, 240, 241, 245, 246, 247

Aprendizagem matemática 132, 138

Atitude científica 166, 167, 168, 169, 170

Autogestão 64, 65, 66, 67, 70, 74

C

Capital cultural 209, 214, 221

CECITEC 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

CEEJA 76, 77, 78, 79, 86, 87, 88

Cidadania 41, 65, 79, 85, 103, 104, 106, 107, 108, 111, 113, 115, 116, 117, 174, 195, 243

Cinema 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Coronavírus 1, 2, 5, 10

Covid-19 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 64, 70, 72, 135

Cultura 6, 7, 10, 15, 27, 42, 48, 53, 54, 69, 74, 80, 84, 85, 101, 104, 105, 112, 115, 116, 118, 119, 128, 139, 145, 149, 150, 151, 152, 157, 163, 168, 171, 177, 178, 185, 206, 209, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 241, 242, 251, 253

D

Desenvolvimento regional 38, 42, 47, 164

Docente 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 47, 49, 51, 52, 58, 60, 61, 76, 84, 87, 98, 101, 109, 111, 118, 130, 136, 140, 142, 170, 176, 181, 183, 195, 204, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 219, 241, 253

E

Educação 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 162, 164, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 191, 192, 193, 198, 199, 204, 206, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 232, 235, 238, 242, 243, 247, 251, 252, 253

Educação em tempo integral 102, 172, 173, 182, 183

Educação especial 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 124, 130

Educação integral 89, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183

Educação matemática 54, 132, 138, 247, 253

Educação online 184, 185

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 62, 66, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 149, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 185, 188, 189, 190, 193, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 239, 241, 242, 245, 246, 247, 250, 251, 253

Ensino de ciências 84, 167

Ensino remoto emergencial 1, 3, 4, 10

Ensino técnico 38, 39, 40, 46, 47, 48, 50, 51, 52

Entrevistas 38, 44, 45, 154, 155, 235, 237, 238, 240

Escolas Waldorf 66, 73

Espaço compósito 193, 195, 203

Espinosa 23, 193, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208

Extensão 5, 76, 77, 78, 86, 88, 155, 158, 160, 165, 201, 202

F

Facilitador metodológico 132

Formação de professores 56, 61, 63, 78, 86, 105, 109, 111, 118, 123, 142, 150, 244, 246, 251, 252, 253

G

Games 90, 91, 92, 97, 99, 100, 101, 218

Governança 64, 65, 66, 71, 177

I

Inclusão escolar 57, 63, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130

Infância negra e quilombola 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Instrumentos lúdicos 132

Interação 5, 12, 16, 17, 28, 42, 88, 97, 99, 104, 115, 122, 127, 138, 150, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 216, 219, 226, 248

Interiorização universitária 154, 156, 161

L

LDB 9.394/96 85, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152

Legislação educacional 24, 35, 36, 151

M

Mercado 18, 27, 35, 39, 42, 48, 84, 99, 103, 108, 109, 110, 112, 114, 116, 123, 177, 187, 214

Metodologia 3, 53, 54, 58, 63, 68, 80, 82, 90, 130, 135, 136, 140, 141, 167, 189, 209, 216, 235, 236, 239, 240

Metodologia científica 53, 235

Mobilidade acadêmica internacional 38, 40, 48, 51, 52

Mudança 5, 19, 31, 42, 72, 95, 111, 114, 118, 128, 175, 184, 191, 224, 241

Multicultural interaction 225, 227, 229, 230, 231, 232

Musical education 225, 227, 228

N

Nietzsche 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208

Nível de desenvolvimento atual 121, 129

O

Oficinas 70, 76, 235, 237, 239, 240, 241, 242

P

Pandemias 1, 3

PIBID 193, 194, 195, 204, 205, 206, 253

Políticas curriculares 103, 104, 113, 115, 116, 119

Políticas educacionais 6, 24, 25, 34, 35, 36, 38, 79, 109, 116, 119, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 172, 174, 180, 183, 209

Políticas públicas 9, 38, 76, 77, 86, 88, 103, 112, 113, 118, 119, 123, 153, 173, 175, 182, 210, 212, 251

Prática pedagógica 10, 68, 84, 103, 115, 137, 139, 140, 214

Processo dialético 184, 186, 189

Programa Mais Educação 172, 173, 174, 181, 182, 183

Programa Novo Mais Educação 172, 174, 178, 181, 182

R

Recursos didáticos 90, 91, 109, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Reformas 20, 35, 80, 103, 104, 113, 114, 115, 116, 118

Relacionamentos interpessoais 184, 188

Ressignificação de conceitos 244, 246

S

Song 225, 227, 228, 229, 230, 231

T

Teletrabalho 1, 2, 3, 4, 9, 10

U

UECE 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165

V

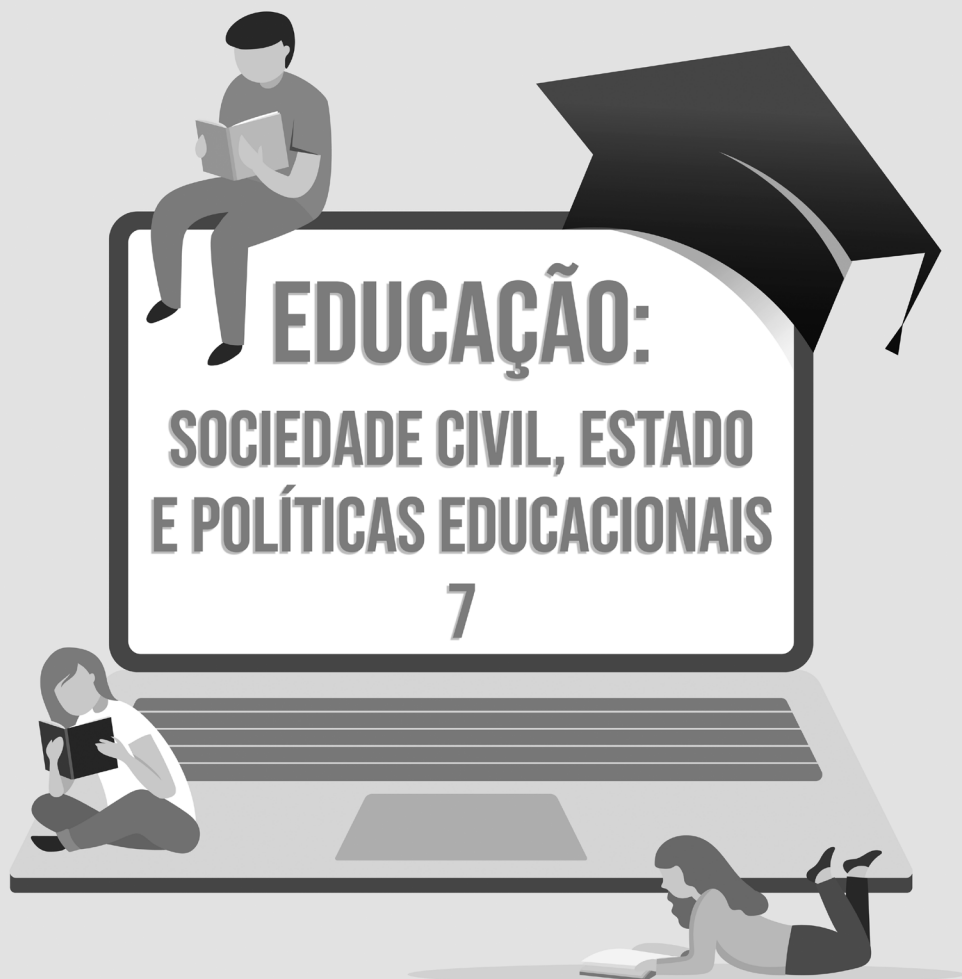
Valorização docente 24, 25, 26, 27, 30, 32, 34, 35, 36, 37

Values and emotions 225

Vínculos 64, 65, 69, 70, 71, 74, 189, 191

Z

Zona de desenvolvimento iminente 121, 122, 127, 129



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021